

A vida social e sua concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade¹

Maura Pardini Bicudo Vêras*

Há muito que falar sobre Henri Lefebvre, notável pensador marxista contemporâneo, recentemente desaparecido. Diante da sua vasta produção, que abrange temas dos mais diversos, propomo-nos, neste artigo, a abordar em maior detalhe suas reflexões sobre a cidade e o urbano.

Muitas de suas abordagens, das mais ricas e fecundas, estão voltadas à análise do próprio marxismo, quer quanto aos aspectos epistemológicos e metodológicos do paradigma, quer quanto ao próprio cerne das contradições e distorções (ou desvios) da sua prática histórica. Foi um crítico do pensamento do período stalinista, do marxismo “oficial”, institucionalizado, que por sua vez era sintoma das fissuras históricas entre sonhos e idealizações e o chamado “socialismo realmente existente”, ou seja, a realidade do Estado burocrático autoritário. Desse ângulo, Lefebvre representa visão arejada, humanista, tentando dar conta do método, da ciência, mas sem dogmas, sem cristalizações. Preocupava-se sim com a história, a modernidade, a dialética, o “objetivo” e o “subjetivo”, a cultura, o poético, a filosofia.

Em 1946, escreveu *Lógica formal lógica dialética*, em que demonstrava claramente sua leitura hegeliana de Marx, afirmando que só existiria dialética se existisse movimento e processo histórico. A polêmica que aí desenvolve é contra o formalismo, ou seja, contra a aplicação de princípios lógicos-formais na compreensão de uma realidade em contínuo movimento. Superando Hegel, buscava resgatar a dialética hegeliana como método. “Para Hegel, a ciência é fruto do trabalho intelectual das gerações que ‘reduziram o caos empírico’ a noções, princípios, verdades; em suma, ao pensamento. (...) Para Lenin, como para Hegel, o conceito se desenvolve superando as oposições da forma e do conteúdo, do teórico e do prático,

1 Socióloga, professora titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. Foi Reitora da PUCSP no período 2004/2008. E-mail: mmveras@pucsp.br

* Este artigo foi extraído da Revista Margem: Espaço – local, mundial, imaginário. Revista da Faculdade de Ciências Sociais-PUC-SP., n.2 (nov. 1993). São Paulo, EDUC, 1993, pp. 49-70.

do subjetivo e do objetivo, do ‘para si’ e do ‘em si’(...) o método não deve desdenhar a lógica formal, mas retomá-la (...) A lógica dialética acrescenta (...) a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ‘ligação interna e necessária’ das partes no todo (...) Assim, e somente assim, a lógica oferece a ‘essência dessa riqueza’, a riqueza da representação da natureza, do mundo, da história e do espírito” (Lefebvre, 1990, p. 21).

Em 1955, em *O pensamento de Lenine* (1969), explicita sua posição crítica:

Definiremos com Stalin no livro *Questões do Leninismo*, a doutrina de Lenine através da teoria e da prática, da estratégia e da tática da ditadura do proletariado? Sim, até um certo ponto, e só até um certo ponto. Com esta reserva: a teoria da ditadura do proletariado tem que ser tomada em toda a sua complexidade e na subordinação ao devir histórico, às situações concretas (...) Acrescentemos expressamente que obra de Lenine transborda deste aspecto político, que depende do método utilizado mas não o domina. Lenine foi também um filósofo, e, na nossa opinião, o seu pensamento filosófico é que nos dá o fio condutor que atravessa toda a obra e a torna compreensível. (1969, p. 14)

Outro trecho ilustrativo das inquietações mais profundas com o fazer científico sobre as sociedades e a história é a análise da leitura de Lenine sobre a *Lógica de Hegel*, levada a cabo na conjuntura em que se desencadearam as violentas contradições capitalistas, no outono de 1914, no começo da I Guerra Mundial; aí refletia sobre a máxima hegeliana – “A verdade é sempre concreta” – como se fosse seu próprio lema. Aponta que o ‘relativo’ está implicado no absoluto e vice-versa, e que o conhecimento começa pelo imediato, pelo sensível, mas os ultrapassa. Esse começo é causa de dificuldades:

Os homens começam por aí, mas a verdade não está no começo, escreve Lenin, está no fim; mais exatamente, está na continuação. (...) ou seja, a verdade está no movimento do pensamento que analisa, cinde o mundo e o objeto por meio da abstração, fixa-os e imobiliza-os – para depois se esforçar por reencontrar o todo. Então o movimento do pensamento reflete o movimento do real, de forma sempre incompleta (aproximativa, relativa) mas cada vez mais profunda. (idem, p. 181)

É com esse espírito que pede ao leitor, “a título de convenção prévia e tácita, a título de *gentleman agreement*’ que suspenda o seu juízo e admita que vai conhecer o teórico, o estrategista e o tático da revolução

proletária, com a sua filosofia” (idem, p. 8).

Continuando essa trajetória, elabora em 1966 *Sociologia de Marx*, que segundo o próprio autor, era “uma nova leitura de Marx”, e mais que isso, uma revisão do marxismo ‘oficial’, uma busca de construção do socialismo, “posta em questão pelo desenvolvimento contraditório do pensamento marxista e do mundo moderno, ou seja: manter firme o espírito dialético em oposição ao dogmatismo” (Lefebvre, 1968)².

O burocratismo soviético havia quase que suprimido a dialética do marxismo, formando verdadeiras ‘negações’ do socialismo criador, impedindo as adaptações do pensamento às novas situações concretas imprevistas para o historiador, para o filósofo e para o sociólogo. Lefebvre defende a existência de uma sociologia de Marx no conjunto do materialismo histórico dialético, mas respeitando o enfoque totalizador com diferenciações dentro da unidade. Assim é que resgata a sociologia das classes sociais, do Estado, da cidade e do campo, da consciência e da ideologia, tanto em *O Capital*, quanto em *O dezoito brumário de Luís Napoleão Bonaparte*, em *A ideologia alemã*, nos *Manuscritos de 1844*, em *A sagrada família*, na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, sem a famosa distinção entre as obras do Marx ‘jovem’ e do ‘maduro’. Procura a sociologia da práxis, vendo no trabalho de Marx uma obra a ser construída:

[...] é possível continuar a obra de Marx , buscando a partir de *O capital* e com seu método, a gênese da sociedade moderna, de suas fragmentações e contradições (...) o pensamento de Marx não basta para o conhecimento do ‘mundo’ atual, mas é necessário. É preciso partir dele, prosseguir a elaboração dos conceitos fundamentais, refiná-los, completá-los, juntando-lhes outros conceitos, se for necessário. Este pensamento, essa obra, fazem parte do ‘mundo moderno’, como importante elemento original, fecundo (...) Notadamente no que diz respeito a uma ciência particular, menos importante, original, fecunda e irredutível: a sociologia. (idem, p. 139)

E quanto é oportuna na atualidade essa proposição de Lefebvre: “Para uma corrente (...) Marx pertence ao passado. Não ao folclore, mas à cultura. O que dá quase no mesmo: a cultura hoje já não foi o pensamento de ontem? Já não esteve na vanguarda? Marx representa uma época. Ele se enganou. Suas profecias foram desmentidas. Ele anunciava o fim do capitalismo, o fim do Estado, o fim da filosofia, o fim da alienação

2 Apresentação, de R. A. Amaral Vieira.

humana. Muitos fins. Fins em excesso. Ora, tudo aquilo de que ele acreditou prever o fim não só se mantém, como ainda se consolida. *A realidade e as esperanças do século xx indicam que de Marx só restam as análises que fez e as extrapolações que extraiu*” (idem. Grifos nossos).

Afastando-se das concepções historicistas ou economicistas e rejeitando os críticos do marxismo, como os neoliberais, os neopositivistas e cientificistas, Lefebvre cria teses polêmicas, relê Marx e o recoloca como pensador atual. Se algumas de suas previsões não aconteceram, é inegável sua oportunidade histórica... Se o capitalismo se mantém, é incontestável que se transformou. Tanto é absurdo dizer que nada mudou, quanto dizer que tudo mudou. Para entender as mudanças e distinguir o que está se preservando é preciso recorrer à análise marxista!

Em *Introdução à modernidade*, livro construído como uma obra musical, lança ideias em busca do ‘humano’ e do poético. Pretende a descoberta das contradições essenciais na modernidade e na cultura (e seus sintomas, como arte, poesia, linguagem, Édipo e história), contradições essas que não se encontram apenas no mundo objetivo, mas sobretudo no interior do próprio homem. “Com ou sem majestade, suntuoso ou negligente, muito rico ou miserável, sempre mais violento, mais rápido, mais barulhento, avança o mundo moderno(...) é preciso, pois exigir-se uma teoria da Modernidade: reflexão principiante, um esboço mais ou menos adiantado de crítica e de autocrítica, numa tentativa de conhecimento” (Lefebvre, 1969, p. 4). Por isso é que se propõe a escrever sob a forma de prelúdio, fragmento sobre temas, sem formar um quadro acabado; assim é que se debruça com ironia (usada desde Marx para falar do mundo moderno) sobre o mito grego, sobre o aleatório e sobre o filósofo. “Quando Marx reprova aos filósofos terem interpretado o mundo sem transformá-lo, ele é um pouco injusto aos olhos desses. Toda filosofia contém na sua interpretação um certo projeto de transformação do mundo” (idem, p. 9).

Uma abordagem bem contemporânea está em *A vida cotidiana do mundo moderno*. O cotidiano, um conjunto de atividades aparentemente modestas, não pode ser encarado apenas como grau inferior de reflexão, um ‘rochedo’ de monotonia que oprime a humanidade. Até que ponto esses aspectos considerados secundários não estariam sendo cruciais nas principais ‘viradas’ da história? O que se esconde, o que se prepara escondido nas profundezas do tempo’?

O exame da cotidianidade é feito por Lefebvre em fases distintas. Em 1946, escrita logo após o fim da ocupação alemã, a *Introduction á la critique de la vie quotidienne* falava entusiasticamente da produção como criação de coisas e dos homens e da reprodução das relações sociais. Acreditava-se estar construindo uma nova sociedade no centro da práxis do cotidiano. E essa discussão se inseria no clima da época sobre o papel das ‘superestruturas’, cultural e ideológica.

Define o homem pelo seu papel de produtor e criador, relaciona ao clima da ‘libertação’ o velho humanismo liberal, substituindo-o pelo humanismo revolucionário e valorizando o cotidiano. Assim ressalta tanto a miséria do cotidiano (trabalhos enfadonhos, a vida da subalternidade, o repetitivo da rotina operária) quanto sua grandeza (a apropriação do corpo, do desejo, da moradia, do espaço e do tempo, a criação). Trata-se, de fato, de uma reflexão sobre a cultura burguesa.

Na fase dos anos 50 e 60, Lefebvre crê ter-se diluído a forma de “consciência e ideologia provenientes da produção da criação, do humanismo ligado à obra” (Lefebvre, 1991a, p. 47), com os valores culturais agora gravitando em torno das ‘classes médias’, não mais da classe operária. Houve um logo processo que incluía desde as modificações institucionais até a introdução ao neocapitalismo, desviando a capacidade criadora. A ‘revolução criadora’ havia fracassado. Como é a cotidianidade do mundo ‘atual’? Lefebvre aborda, especificamente a França dos anos 60, temas candentes como a sociedade do consumo dirigido, a burocracia, a linguagem, o lazer, a moda, a sexualidade. Considera a revolução cultural permanente como uma saída baseado na transformação dos costumes e das relações afetivas.

Mas nosso principal interesse aqui está na sua reflexão sobre a cidade e o urbanismo, ponto vital na obra de Lefebvre, abrangendo aspectos múltiplos, desde a arquitetura até as até as dimensões socioculturais e simbólicas. Escreve *Do rural ao urbano* (1969), *O direito à cidade* (1968), *Revolução urbana* (1970), *A cidade e o urbano* (1971), *O pensamento marxista e a cidade* (1972).³

3 Destes, foram traduzidos para a língua portuguesa: Henri Lefebvre, *O direito à cidade* (São Paulo, Ed. Documenta, 1969 e Ed. Moraes, 1991); *O pensamento marxista e a cidade* (Póvoa de Varzim, Ulissea 1972).

Lefebvre identifica diferentes estágios na história urbana: cidade política, cidade comercial e cidade industrial (Lefebvre, 1972).⁴ Do primeiro ao segundo estágio, a transformação pode ter-se dado internamente ao próprio urbanismo, predominante aí a função mercantil sobre as outras. Com a Revolução Industrial, entretanto, a mudança se deu externamente, absorvendo funções anteriores e resultando de uma reorganização das forças produtivas (mecanização, mudanças tecnológicas, economias de escala). A tese principal de Lefebvre é a de que a ‘revolução urbana’ precedida pelo capitalismo industrial, é fase decisiva do mundo contemporâneo, impondo-se a discussão em ampla escala mundial. Mas a realidade urbana não tem força suficiente para, por si, transformar as relações de produção; apenas as modifica, expressando no seu espaço e organização as relações sociais e, ao mesmo tempo, voltando-se sobre elas.

Há, portanto, conflito entre a dialética do processo social e a geometria estática de forma espacial. O espaço desempenha, assim, um papel na organização da produção e estrutura a cidade. O urbanismo não se esgota nessa estrutura espacial, pois também interfere na forma de vida de um povo, na sua cultura, na ideologia.

Com base em *O pensamento marxista e a cidade*, percorreremos a seguir suas ideias sobre a cidade, periodizadas como cidade antiga, feudal e capitalista.

A Cidade Antiga

Roma já não cabe mais em Roma; a partir de agora deve cair ou igualar-se à metade do mundo. Esses telhados, esses terraços, essas ilhotas de casas, que o sol poente doura com um rosa tão belo, já não são, como no tempo de nossos reis, prudentemente cercados de muralhas; eu próprio reconstruí boa parte delas ao longo das florestas germânicas e nas extensas charnecas bretãs. Sempre que olhei de longe, numa curva de qualquer estrada ensolarada, uma acrópole grega e sua cidade perfeita como uma flor, ligada à sua cidade perfeita como uma flor, ligada à sua colina como o cálice à sua haste, sentia que essa planta incomparável era limitada pela sua própria perfeição,

⁴ Nesta obra, Lefebvre rastreia as análises de Marx e Engels sobre o urbano, em: de Marx e Engels, A ideologia alemã, de Engels, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de Marx, A sagrada família, A crítica da economia política Manuscritos econômicos filosóficos, Miséria da filosofia, Grundrisse e O capital. Ver também: Henri Lefebvre, O direito à cidade.

consumada num ponto do espaço e num segmento do tempo. Sua única probabilidade de expansão, como a das plantas, era sua semente: o sêmen das ideias com que a Grécia fecundou o mundo. Roma, porém, mais pesada e informe, mais vagamente estendida na sua planície às margens do seu rio, organizava-se em direção a um desenvolvimento mais amplo: a cidade torna-se o Estado (...) A Cidade: a moldura, a construção humana, monótona se quiserem – mas como são monótonos favos de cera carregados de mel, o lugar dos contactos e das trocas, o ponto onde os camponeses vêm vender os seus produtos, retardando-se para admirar boquiabertos as pinturas de um pórtico” (Yourcenar, 1980, pp. 117 e 133).

A Antiguidade partia da cidade e esta era política: organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território com seus pastores, camponeses, aldeões. No caso de Atenas e Roma, cidades políticas que dominaram pela guerra e pelas trocas, seus territórios eram maiores que os dos seus arredores imediatos. E, nesse seio urbano, o único conflito de classes de maior importância era entre o cidadão e o escravo.

Essa descrição da cidade antiga enfatiza suas ligações com o Estado. Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, retratam as formas pelas quais a cidade antiga, a partir do desenvolvimento da propriedade comunal e do Estado, constitui lugar de troca e opõe-se ao campo. “No interior das próprias cidades, encontra-se a oposição entre comércio marítimo e indústria, e também as relações de classe entre cidadão e escravo atingem o seu completo desenvolvimento”. Todavia, “Roma jamais ultrapassou o estágio da cidade e estava ligada às províncias através de laços quase que unicamente políticos” (Marx e Engels, 1976).⁵

A cidade antiga marcou um dos efeitos da divisão do trabalho.⁶ A partir da divisão entre trabalho material e intelectual deu-se o marco original da desigualdade social: indivíduos diferentes obtêm tarefas diferentes: uns produzirão, outros consumirão (gozo e trabalho). Ou seja, as forças produtivas, o estado social, a consciência entrarão em conflito entre si, através da divisão do trabalho. Esta, no início originada da divisão quase natural no seio da família, e depois comunalmente (que provém de várias tribos numa cidade, nos contatos ou conquistas),

5 O trecho teve livre tradução nossa.

6 Cf. Maura Veras, *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*, especialmente cap. 1, em que há uma discussão teórica sobre a cidade, pp. 35.

passou a constituir a propriedade privada; de início como forma anormal da propriedade comunal e propriedade de escravos e, posteriormente, de imóveis.

Essa sociedade antiga, com seu modo de produção escravagista, foi se apagando lentamente, sem produzir outro modo de produção, outra sociedade. Sua história se extingue, fechada em si própria, devastada por lutas internas. Revoltas de escravos – e as havia – foram subjugadas, pois o seu domínio de cidade política se garantia sobre os campos vizinhos. Mas a contradição interna da cidade, emprego de escravos nos trabalhos agrícolas (nos latifúndios), dependia da cidade que se servia dos seus meios de produção e das condições de seu poder – impunha graves limitações à cidade antiga, efeitos autodestrutivos e não de superação.

A Cidade Medieval

Em oposição a Roma e à Grécia, o desenvolvimento feudal principiou sobre um campo mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela extensão da agricultura. A decadência do Império Romano e a conquista dos bárbaros, a população dispersa e espalhada sobre vasta superfície, tudo ajudou a anular a massa de forças produtivas: declinaram a agricultura e a indústria (por falta de escoamento), o comércio foi interrompido pela violência, as populações rurais e urbana começaram a diminuir. Sob a influência do exército germânico, e sob a modalidade de organização da conquista, desenvolveu-se a propriedade feudal (ou por ordens).

Esta repousava sobre uma ‘comunidade’ composta não mais por escravos, mas por camponeses avassalados, classe diretamente produtora. O campo era a propriedade imobiliária, estrutura hierarquizada que conferia à nobreza a onipotência sobre os seus, onipotência protegida por escoltas armadas. Esse desenvolvimento feudal se opôs às cidades que continham uma propriedade corporativa, surgida de pequenos capitais economizados; a incipiente concorrência dos servos que migraram para as cidades desenvolveu condições para o artesão atuar como industrial e comerciante, e fez nascer uma hierarquia semelhante à do campo: o aprendiz, o jornaleiro.

A produção, em geral, oferecia limitados lucros, pela “cultura rudimentar e restrita do solo e pela indústria artesanal” (Marx e Engels,

1976). A divisão do trabalho era muito limitada, cada feudo continha sua própria oposição entre campo e cidade. No campo, havia oposição entre príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses, enquanto a cidade, apesar de o trabalho ser pouco dividido entre as profissões e nada dividido dentro de cada profissão, comportava a separação entre mestres, operários e aprendizes.

Nos *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*, Marx considera o homem no contexto social da realidade urbana. Na propriedade feudal, a relação entre o nobre, o servo e a terra era personalizada. “O senhor toma o nome da terra e esta personaliza-se com ele” (Lefebvre, 1972, p. 20), o servo é seu acessório, o herdeiro (o filho mais velho do senhor) também pertence à terra – acanhada pátria –, suporte da vassalagem, da linhagem, da família senhorial. Assim, as relações entre senhor feudal e servo são diretas, transparentes, livre da mediação obscura e fetichista do ‘dinheiro’. Essa dependência aparece aureolada romanticamente (a propriedade é nobre e a situação política é sentimental). Só com o modo de produção capitalista a burguesia irá por a nu essas relações, tornadas agora frias trocas de interesse – “cálculo gelado e egoísta” –, porque a propriedade fundiária, raiz da propriedade privada, seria transformada em mercadoria. Terminado o feudalismo, ao adágio “a cada terra seu senhor”, seu substituto: “o dinheiro não tem dono”, E a cidade será o palco dessa transformação: contemplará e abrigará os burgueses, que, constituindo-se como classe revolucionária, transformarão os meios de produção primeiro na manufatura, depois na grande indústria, processo esse que ocorreu paulatinamente.

As comunidades de camponeses eram subjugadas à estrutura feudal, hierarquizada, com base na suserania fundiária e militar. Esta estrutura feudal dirigia-se, ao mesmo tempo, contra a classe produtora dominada (camponeses) e contra as cidades (e seus habitantes, burgueses que se dedicavam ao comércio e às trocas). É, portanto, uma dupla luta de classes: entre burgueses e senhores e entre senhores e servos. É de dessa luta que surgirá a revolução urbana da Idade Média. A cidade medieval, até então subordinada à estrutura feudal, é que vai acabar por destruí-la, incorporando-a, transformando-a.

A cidade medieval, portanto, acontecia como resultado do campo: era o lugar da troca e do artesanato. Eis uma descrição de Paris do século XIII:

Rasgando a noite que declinava, a trompa, de repente, pôs-se a chamar o dia. O rouco fragor do cobre ressoava do alto das torres principais da cidade, para avisar os burgueses da guarda que seu serviço terminava com a aurora, que se podiam render os postos. Além dos telhados, de telhas, dos campanários abundantes, das torrezinhas, das florestas de pedra, do palácio do rei e da catedral dedicada a Notre-Dame, além das duas pontes que transpunham o Sena sob o peso das casas que carregavam, dos jardins, vinhedos e vergéis encerrados entre seus muros, além das muralhas achaparradas, das cinco dúzias de torres ameadas e das portas fortificadas que protegiam Paris, o chamado da trompa se propagava pelo vale opulento, pelas colinas, pelos campos, pelas cidades, pelas aldeias e pelas florestas, debaixo de cujos galhos iam partir-se-lhes os ecos... a capital principiava a rumorejar. A vida despertava ... (...) como bons parisienses, amavam o rio, sua luz cinzenta e azul, seu curso livre, sua força tranqüila, a beleza de seu vale, suas ilhas numerosas e, sobretudo, o coração da cidade, essa ilha da Cidade onde tinham sede os dois únicos poderes reconhecidos: o de Deus e o do rei. Da margem que costeavam, viam, bem à frente, além das muralhas e dos jardins, o palácio soberano, com suas torres, seus tetos altos, suas torrezinhas, de onde se erguia, ainda inacabada, em plena construção, fria, branca, preciosa, a Santa Capela. Mais longe, para leste, as torres de Notre-Dame, novas em folha, também se elevaram na claridade de manhã, bem acima das telhas carminadas das casas, dos campanários de ardósia, dos tetos pontudos, das torres grossas... A cidade era bela, harmoniosa e alegre. (Bourin, s/d, pp. 11, 86-87)

Na cidade medieval, como vimos, a propriedade corporativa era homóloga à propriedade fundiária hierarquizada, pois havia estratificação entre os artesãos: mestre, companheiro, aprendiz. Os mestres de corporação, que formavam uma oligarquia urbana, eram homens enriquecidos que dominavam a cidade politicamente. Esses produtores associavam-se, organizavam os mercados (mercados cobertos), acolhiam os servos evadidos, lutavam contra a pilhagem dos nobres, garantiam proteção e crescimento aos pequenos capitais (comércios).

As forças produtivas, ainda limitadas, e suas relações de produção – agricultura rudimentar, indústria artesanal, troca sem intensidade, divisão do trabalho pouco profunda – permitiam formas de propriedade fundiária e corporativa e sua ‘aparência’ estamental: nobreza, clero, Terceiro Estado (príncipes, camponeses, mestres de ofício). Essa estrutura irá transformar-se quando as cidades comerciais se expandirem e encetarem relações entre si para federarem-se ou se combaterem.

A inversão da situação inicial – domínio do campo sobre a cidade – através das revoluções dos comuns e da burguesia urbana, por exemplo, proporcionou, por um lado, condições para a divisão entre comércio e indústria e, por outro, a aliança no seio dos Estados entre a nobreza rural e as oligarquias urbanas. Na Idade Média, pois, a relação entre cidade e campo era conflituosa.

A cidade era concentração: de população, dos instrumentos de produção, do capital, das e das fruições, tudo que faz da sociedade uma sociedade – administração, polícia e política. Do campo dependia a divisão do trabalho, mas se esta levava a uma complementaridade entre campo e cidade, também gerava múltiplas e continuamente conflitos e rivalidades. Os servos, recém chegados à cidade, ficavam livres do jugo de seus senhores, mas à mercê dos mestres das corporações e dos chefes de ofício. Sem qualificação, formaram uma massa de diaristas, cujo trabalho já se media em tempo. As associações de base corporativa se multiplicavam nas cidades medievais, interna e externamente (entre entidades políticas), e defendiam a plebe urbana dos senhores e camponeses. As grandes sublevações da Idade Média vieram do campo, mas fracassaram pela dispersão e falta de “cultura” dos campos (Lefebvre, 1972, p. 50).

A cidade medieval apresenta-se com certas unidade (a ‘ordem’ dos burgueses dominantes e das corporações) que se opõe dialeticamente à nobreza rural.

Um nobre é sempre um nobre, um plebeu sempre um plebeu...
Na representação, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do que antes porque as suas condições de existência são-lhes contingentes; na realidade, são naturalmente menos livres porque muito mais subordinados a um poder objetivo.
(Marx e Engels apud Lefebvre, 1972, p. 57)

O capital das cidades era ainda ‘natural’, sem o domínio da troca e da circulação de bens e dinheiro. Apresenta-se mais sob a forma de herança: ferramentas, habitação, clientela transmitida de pais para filhos. Não se avaliava ainda em termos monetários, era diretamente ligado ao trabalho determinado do seu possuidor, a um ofício ou ordem, ao contrário do capital moderno. Não há, ainda, nem o capital abstrato nem o trabalho abstrato. No quadro limitado da cidade medieval a divisão do trabalho era muito estreita. Cada artesão fazia seu trabalho sozinho, completando o ciclo da produção, pois a divisão técnica do trabalho só iria aparecer

mais tarde, na manufatura. O trabalhador executava seu serviço sob uma ‘servidão sentimental’.

Essa cidade medieval apresenta, pois, “capital sem capitalismo” e “trabalhadores mas não proletariado” (Lefebvre, 1972, p. 59). No processo de luta dos homens associados contra a natureza, a cidade medieval representa um aspecto nodal – a luta da cidade a terra e seus detentores –, mas ainda não se desliga totalmente da natureza. O capitalismo se aproxima, a cidade medieval é o domínio da acumulação primitiva, da mão de obra, do mercado.

No entanto, as cidades medievais se associam e, de outro lado, com a divisão social do trabalho, algumas exploram ramos industriais ou artesanais diferentes. Essas associações trazem também o intercâmbio de produtos, de técnicas e de conhecimento. O comércio torna-se mundial. E uma das primeiras consequências é a manufatura. Ela surge com efeito da relação campo/cidade: aproveita-se da habilidade dos artesãos em manejar suas ferramentas (o carpinteiro, o marceneiro, o sapateiro) e da máquina de tecer dos camponeses, que, embora rudimentar, contribui para o desenvolvimento do ramo manufatureiro. O capital primitivo reúne ex-servos e artesãos – os tecelões foram os primeiros trabalhadores da manufatura. A cidade medieval se ultrapassa, gerando o capitalismo, a burguesia, o mercado mundial, a nação e o Estado, o proletariado. Mas é com a grande indústria que a cidade capitalista vai revelar-se em seu caráter de síntese das condições gerais de produção.

A Cidade Capitalista

A cidade capitalista só pode ser definida pela relação que estabelece, de um lado, entre a economia política, o Estado, as classes sociais e sua cultura e, de outro, entre a socialização dos meios de consumo e os meios de circulação material no espaço. Para melhor esclarecer a mediação exercida pelo espaço, Lefebvre se remete aos conceitos de cooperação e divisão do trabalho tal como Marx os formula em *O capital*, estendendo-os não apenas como associação de trabalhadores na unidade de produção, mas como instrumento essencial do desenvolvimento da produção social.

O valor de uso do espaço social é visualizado através da discussão de Marx sobre os efeitos da cooperação: “a cooperação permite aumentar o espaço no qual o trabalho se estende”, e por outro lado, desenvolve a

escala da produção, “ela permite estreitar o espaço onde o processo de trabalho se executa” (Marx, 1974).⁷

A cooperação é, assim, poderosa alavanca para produzir, instrumento tornado possível pela aglomeração dos trabalhadores que farão tarefas próximas, conectadas, e pela concentração dos meios de produção. Essas condições existem dentro da oficina, mas também fora, na anarquia da produção social; é na cidade que irá manifestar-se a aglomeração dos trabalhadores, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades. Em suma, a cidade é componente essencial para o capital aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção.

A cidade opõe-se, pois, ao campo, na base da divisão do trabalho na sociedade (e não sob a divisão do trabalho na unidade de produção). O fenômeno urbano, por isso, precedeu o capitalismo. Marx evita reduzir a relação entre urbanização e capitalismo a uma relação direta e unívoca. Porém, no modo de produção capitalista, a urbanização, mais que simples concentração de pessoas em um território restrito, supõe um determinado volume de população com certa densidade (estabelecida por redes de vias de comunicação) “que substitui a aglomeração na oficina”.

Trata-se de uma repartição espacial dos meios de produção, do capital e dos meios de consumo: “divisão territorial do trabalho que atribui certos ramos de produção a certos distritos de um país” (idem).

Marx, no entanto, não estende a analogia da cooperação dentro da oficina à sociedade, pois entre elas há uma diferença de essência e não de grau. A direção despótica do capitalista traz a lei de ferro da proporcionalidade de determinado número de operários para funções determinadas dentro da oficina, enquanto o acaso e o arbitrário fazem jogo desordenado na distribuição dos produtores e meios de produção entre os diversos ramos do trabalho social.

Assim, na empresa capitalista, a cooperação é planejada, mas na formação social capitalista ela é anárquica, resultado da concorrência entre produtores independentes de mercadorias. Contudo, Marx evidencia que o capitalismo busca aumentar a produtividade do trabalho através da cidade: manufatura, fábricas, meios de comunicação e transportes, abrigo para a força de trabalho, meios de consumo coletivos.

7 Especialmente cap. XI, XII e XIII.

Movido pela contradição fundamental do modo de produção capitalista, o urbano resume a luta de classes, é um verdadeiro desafio sociológico descobrir o que se esconde sob os problemas da desigual distribuição social e espacial desses meios de consumo coletivos.

A divisão do trabalho no modo de produção capitalista apresenta-se, de um lado, dentro da oficina (empresa), levando à cooperação. De outro, a divisão social do trabalho faz-se no mercado, onde não há racionalidade existente na empresa – é a concorrência. O período monopolista afetou essa livre concorrência e trouxe uma forma especial de divisão do trabalho para as cidades e para a relação campo/cidade. A terra, grande laboratório, vai sendo devastada, modificada pela atividade social, e é substituída cada vez mais por espaço construído.

A cidade, como a terra em que se apóia, é um “meio ambiente, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante (...) Embora não haja ‘modo de produção urbano’, como não há ‘modo de produção agrário’, a cidade, ou mais exatamente sua relação com o campo, veicula as modificações da produção fornecendo simultaneamente receptáculo e a condição, o lugar e o meio. Na cidade e pela cidade, a natureza cede lugar à natureza segunda. A cidade percorre assim os modos de produção, processo que se inicia logo que a comuna urbana substitui a comunidade (tribal ou agrária) ligada de perto à terra. A cidade torna-se assim o grande laboratório das forças sociais, em vez da terra, como se diz... (Lefebvre, 1972, p. 89)

Essa substituição da ‘naturalidade’ pela ‘natureza social’ fez-se mediante alterações da propriedade, produção e troca. As forças produtivas e o poder social avançavam sobre a natureza e crescimento provocou um poder contrário que pesaria sobre o trabalho – e os trabalhadores – sob a forma de opressão. Esse poder é a ‘economia política’, o capital e a burguesia.

Ligada às forças produtivas e sendo ela mesma força produtiva, a cidade é a sede do econômico, e do seu monstruoso poder. Nela, no decurso da história (a sua), o valor de troca venceu lentamente o valor de uso; a história dessa luta ficou escrita nas muralhas das cidades, nos edifícios e nas ruas; delas as cidades guardam vestígios e dão testemunho. (...) Do mesmo modo, a cidade é sede do poder político que garante o poder econômico do capital e protege a propriedade (empresa) dos meios de produção, domesticando-a pela proibição dos excessos e da violência: O Estado dispõe de muitos meios: o exército, a política, mas

também a economia política e a ideologia (...) A cidade permite igualmente a luta política contra o poder político, agrupando as populações e concentrando com os meios de produção, as necessidades, as reivindicações e as aspirações; nestes termos, contém uma contradição que não pode desaparecer, que poderá mesmo acentuar-se, mas que já não pode passar por central (motriz). (idem, pp. 44-115)

Na introdução de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels atribui grande importância ao ‘urbano’ no desenvolvimento do capitalismo. “... com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a trabalhar o algodão...”, os operários seriam reduzidos ao papel de máquinas “arrebatando-lhes os últimos vestígios de atividade independente”, mas obrigando-os a exercer seus papéis de homens. Essas causas tecnológicas marcaram profundas transformações no crescimento das grandes cidades industriais e mercantis da Inglaterra.

Na cidade adensam-se duas características fundamentais do capitalismo: a concentração demográfica e a de capital.

Quanto maior é a cidade (a sua fábrica) maiores são as vantagens da aglomeração: trabalhadores, meios de comunicação (sistema viário, estradas, serviços urbanos, transportes de matérias-primas, máquinas e técnicas, bolsa, mercado, bancos, etc.). Enquanto a concentração de capital se acelera, para o proletariado os costumes são destruídos e também as ‘condições de vida dos velhos tempos’. (Engels apud Lefebvre, 1972, p. 12)

A grande indústria universalizou a concorrência, acelerou a circulação, transformou o trabalhador em proletário industrial, a exploração do trabalho em mais-valia relativa e o capital em capital industrial. A maquinaria imputou um ritmo ao trabalhador e lhe fez concorrência. A cidade passou a ser o *locus* da produção. A grande indústria levou à extrema dependência entre os homens e entre as nações pela extrema divisão do trabalho. Mas abrigou também o Estado, a família, os serviços. A cidade também é foco de “ideologia, razão e racionalidade, ciência e cientificidade, filosofia e especulação” (Lefebvre, 1972, p. 67).

As cidades analisadas por Engels – Londres, Manchester, Dublin e outras aglomerações inglesas – são para ele efeitos da produção capitalista com sua desordem, mas, mais que isso, com os dramas da justaposição de riqueza e pobreza, de beleza e fealdade. De um lado, tanta riqueza concentrada, milhares de homens manipulando eficientemente meios

técnicos e, de outro, tantos sacrifícios, as forças asfíxiadas, embotadas, anulada sua consciência: “Não é verdade que em última análise todos eles procuram a felicidade pelos mesmos meios e pelos mesmo processos? E contudo, cruzam-se a correr, como se nada tivessem de comum” (Engels apud Lefebvre, 1972, p. 15).

O tema aí esboçado revela a outra face da cidade capitalista: a da multidão solitária, o isolamento, a alienação. Mas não é a classe operária a única atingida. Toda a sociedade é afetada pelo fetichismo da mercadoria. Cada um encara o outro apenas do ponto de vista da utilidade mercantil, e os capitalistas, com seu poder, apropriam-se de tudo. Nesta guerra geral, a propriedade é a grande arma. “Ninguém vai importar-se com quem não tem capital nem dinheiro: se não encontrar trabalho, que roube ou morra de fome (...) Graças a polícia, morrerá de fome tranquilamente, sem incomodar a burguesia” (idem, ib., p. 16).

O espaço urbano revela agora outro aspecto: o de seus contrastes, suas liberdades e fatalidades, o espaço do ‘crime social’ – crime que a sociedade comete contra alguns de seus membros.

Londres é analisada em sua imponência, Dublin, com beleza e suas odiosas zonas pobres, Edimburgo, com contrastes violentos entre aristocracia e miséria, mas sobretudo Manchester. Aí nasceu o centro da indústria britânica, que propiciou o progresso tecnológico, o aperfeiçoamento da divisão do trabalho e o conjunto dos bairros operários separados por fábricas, segregados.

Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intenção consciente e confessa, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas à classe média (...) Nas ruas estreitas e sóbrias apenas rondam as patrulhas da polícia acompanhadas da luz intermitente de suas lanternas. (idem, ib. p. 19)

Esse quadro não é muito diferente dos cenários de nossas cidades hoje. No entanto, Engels mostra através da análise do caso de Manchester como a sociedade burguesa consegue reunir na cidade a segregação e a decomposição, a ordem e o caos.

A ordem específica do capitalismo gera a desordem urbana. Fruto do acaso (ocupação espontânea, nos termos de hoje), a disposição na cidade revela essa ordem:

[...] antes da época industrial a sociedade dissimulava as suas partes vergonhosas, os seus fracos e os seus vícios –, a loucura, a prostituição, as doenças – exilando-os para zonas malditas. A sociedade burguesa, pelo contrário, dissimula aquilo que vive, a sua parcela ativa e produtiva, disposição hipócrita que é mais ou menos comum a todas as grandes cidades, mas em nenhum lugar, a não ser em Manchester, constatei tão sistemático isolamento da classe operária, ou vi tão delicada arte de mascarar tudo o que pudesse ferir os olhos ou o nervos da burguesia (...) É impossível imaginar o amontoado desordenado de casas, literalmente apinhadas umas sobre as outras, verdadeiro desafio a qualquer espécie de arquitetura racional (...) A confusão atinge o cúmulo, onde quer que o urbanismo da época anterior tenha deixado um espaço livre, construiu-se e remendou-se até que deixou de haver um centímetro de espaço entre as casas (...) deste amontoado nasce a poluição da atmosfera, das águas, de todo o espaço. (idem, ib. pp. 20-21)

A indústria apinhou o exército dos operários em casas onde o espaço é o menor possível. O valor fundiário cresceu paralelamente ao surto industrial, e quanto mais crescia, mais freneticamente se construía. A cidade velha se desfigurava, os empresários construía vilas para abrigar essa força de trabalho. A ocupação das casas refletia a diferenciação das parcelas de trabalhadores por remuneração. E a instabilidade de mão de obra fez com que as ruas inteiras ficassem desertas. Enquanto valores de uso, as casas são produtos de baixa qualidade, quase inabitáveis. Segundo Engels,

[...] a forma por que é satisfeita a necessidade de habitação constitui um critério de avaliação da forma por que são satisfeitas todas as restantes necessidades (...) A habitação irá refletir, pois, o exército operário, e os desempregados, ‘o exército de reserva’. E concentra a cidade também, o capital, os burgueses. As grandes cidades são os focos do movimento operário: foi nelas que os operários começaram a refletir na sua situação e na sua luta, foi aí que pela primeira vez se manifestou a oposição entre proletário e burguesia. (idem, ib., p. 28)

O urbano reflete, pois, uma nova modalidade do conflito de classe. ‘Livre’ para vender a sua força de trabalho, obrigado a vendê-la para sobreviver, o trabalhador vai alojar-se na cidade e nela ver realizada essa liberdade, submetido porém as condições que ela lhe oferece.

Essa ‘liberdade urbana’ aliena o homem, que, ao satisfazer a primeira necessidade, imediatamente precisa satisfazer outras e assim

por diante. Cria-se uma teia de relações sociais entre produtores privados, são deslocados os objetivos de seres humanos para que se satisfaçam necessidades materiais.

A indústria funciona com os atributos da cidade (esta transformando-se no “urbano” (Lefebvre, 1972), e cresce pelo esvaziamento do campo, formando o ‘exército industrial de reserva’.

A cidade contém a população exigida pelo sistema produtivo e o ‘exército de reserva’ que a burguesia utiliza para que o seu peso se faça sentir nos salários e sirva de ‘volante’ para a mão de obra. Enquanto se aglomera a população citadina, a produção capitalista a esgota, destrói e dilapida. Desequilibra-se também o campo, perturbam-se as trocas orgânicas entre o homem e natureza. Assim, a cidade absorve o campo e contribui para a destruição da natureza, destrói também as suas próprias condições de existência, mas tem que restabelecê-las.

Também a cidade é fundamental para a ‘realização da mais-valia’, pois essa exige um mercado, um sistema de créditos e descontos, enfim, um palco para o dinheiro desempenhar o seu papel de circulação de meios de pagamento, mercadorias, valores de troca, enfim. É importante completar o ciclo que circulação para que o dinheiro volte ao capitalista, como capital. É nesse grau de desenvolvimento (afastado da natureza) que o capital domina a mercadoria. Mas ao redor da grande empresa industrial gravita uma multidão de pequenas empresas dependentes (pequena e média indústria, artesanatos, manufaturas), e é também aí que se concentram os ‘serviços’.

Isso sem esquecer dos ‘aparelhos’ administrativos e políticos, burocracias, os dirigentes, a burguesia e seus ‘séquitos’. É nesse quadro que se opera a repartição dos recursos da sociedade. No urbano se dá também a repartição da mais-valia. Do ponto de vista econômico, cada capitalista recebe a sua parte da mais-valia proporcionalmente ao capital que empregou (globalmente, a taxa média de lucro é dependente da composição orgânica média dos capitais). No plano político, o Estado retira uma parte da mais-valia para pagar os gastos gerais com a sociedade. Pelo sistema de contribuições e impostos, verbas colossais destinam-se a manter a burocracia do Estado, que se reproduz assegurando a reprodução das condições de produção. O Estado administra também as ‘necessidades sociais’ – as dos trabalhadores, das minorias (velhos, mulheres, crianças) e as da cidade, especificamente. A cidade, pois,

inserida na produção capitalista, é espaço de consumo, mas também elemento chave para entender as relações cruciais da sociedade, pois alterou ‘as condições gerais de produção’.

A produção não deve ser entendida em sentido estrito.

Marx, além de analisar “o que é a produção”, trata sobre “o que é a sociedade”. Em *A crítica do Programa de Gotha* (1875) diria aos dirigentes do movimento operário, “já instalados num misto de economicismo e de estatismo político” que “para que haja sociedade são necessárias toda a espécie de seres humanos e toda a espécie de atividades” (Marx apud Lefebvre, 1972, p. 142). Há, então, necessidade de artistas, profissionais da distração e também de especuladores e até de parasitas. É com ironia que Marx louva os criminosos: “O filósofo produz ideias, o poeta, poesias... O criminoso produz crimes. Atentando mais de perto na relação existente entre este ramo de produção e a sociedade como um todo, curam-se muitos preconceitos” (Marx apud Lefebvre, 1972).⁸

O criminoso produz, assim, o direito, a polícia, a justiça e a moral, os romances policiais, o sentimento do trágico, etc. Em resumo, “o criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa, protegendo-a da estagnação e fomentando essa questão inquieta, essa mobilidade sem a qual o aguilhão da concorrência perderia o seu efeito. Deste modo, estimula as forças produtivas” (idem, p. 143).

A cidade e a sociedade, pois, marcham lado a lado e confundem-se, pois a primeira abriga em seu interior o Estado e uma consequente repartição dos recursos da sociedade: “prodigioso misto de sórdido cálculo e de insensato desperdício” (idem).

Comentando os argumentos de Rosa de Luxemburgo e de Lenin sobre a produção no período inicial do século XX, Lefebvre crê que a cidade moderna (metrópole e megalópole) é sede, instrumento e centro de ação do neo-imperialismo e do neocolonialismo. Examina o papel da propriedade fundiária, da renda da terra, enquanto repartição da mais-valia, mas também como administração das necessidades sociais pelo Estado.

[...] poder-se-ia perguntar se a cidade não tem sido, desde que há Estado, a ‘parcela maldita’ da sociedade (...), a parcela do sacrifício, ou seja, a parcela que simultaneamente se sacrifica e pela qual convém de vez em quando fazer alguns sacrifícios? (...) Todavia, esta ideia é ainda demasiado bela. A parcela maldita foi a

8 Karl Marx, *Teorias sobre a mais valia*.

das guerras, das festas e da paixão erótica. Nas épocas burguesas a festa desaparece ou torna-se rentável, festa comercial, festival subsidiado por razões exteriores à alegria da festa. ‘Recupera-se’ ou proíbe-se a festa. O armamento permite realizar a mais-valia e simultaneamente fornece os meios repressivos. A guerra substitui com vantagem uma crise econômica de sobreprodução, liquida os excedentes, e permite novo arranque proporcional às destruições. (Marx apud Lefebvre, 1972, p. 151)

Usando conceitos de Marx, Lefebvre afirma que a sociedade burguesa, nos seus melhores períodos de ascensão e prosperidade, ilustrados pela cidade, não consiste senão em uma “crise de civilização”.

A propriedade do solo urbano, consolidada pela burguesia enriquecida e reconstruída pelo capitalismo, acaba pesando sobre o conjunto da sociedade, em termos quantitativos e qualitativos.

O cordão umbilical que liga a sociedade à natureza foi mal cortado. Donde provinha a exigência do corte? Donde a implicação da ruptura? Da cidade. O elo estiolou, a troca viva entre a comunidade e a terra não foi substituída por uma regulação racional, e, todavia, a sociedade continua ligada e até amarrada ao solo pela propriedade e pelas múltiplas servidões que esta faz subsistir. A razão está sobretudo na subordinação do solo ao mercado que faz da terra um ‘bem’ comercializável, dependente do valor de troca e da especulação e não do uso e do valor de uso. O cordão umbilical que transportava a seiva e o sangue do organismo materno original para a progenitura, a comunidade dos seres humanos, transformou-se em corda, em atilho seco e rígido que entrava os movimentos e o desenvolvimento dessa comunidade. É o entrave por excelência. (idem, ib., p. 153)

Em *O direito à cidade*, o autor já se referia à cidade como produto da sociedade. Alguns estudiosos vêem uma influência da Escola de Chicago sobre ele, de sua perspectiva de ecologia humana, identificando-o também da corrente do “marxismo historicista” (Castells, 1975, p. 65). Discorrendo sobre as premissas contidas nesse livro, Castells vê como positiva a consideração do espaço como objeto de análise – tentando dotar a sociologia urbana de suas bases, discutindo conceitos filosóficos e da ideologia urbanística – e a realização entre os processos de industrialização e urbanização. Quanto às relações entre sociedade e espaço e sua teorização, Lefebvre acentua o aspecto do “reflexo”, ou seja, o espaço urbano assumiria uma forma particular em consonância à forma da estrutura social e técnica que o comporta e circunscreve. Castells

critica essa posição por considerar que a sociedade não se situa como algo exterior ao próprio espaço, mas articula-se com as “estruturas” e formas sociais. “A consideração sociológica da organização do espaço, como elemento material da existência humana, não nos conduz a uma demarcação teórica autônoma, mas à clarificação e explicação da relação entre este espaço e o resto do edifício técnico-social” (idem, ib., p. 66).

Na apresentação a *O direito à cidade*, Lefebvre valoriza o papel que cidade estaria desempenhando à época.

O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura. Obriga a reconsiderar a filosofia, a arte e a ciência (...) Quanto às ciências (...) renunciem a sua especialidade (...) com uma exigência de totalidade e síntese [o que] obriga a conceber uma estratégia de conhecimento, inseparável da estratégia política (...) Segundo qual eixo (...) pensar essa estratégia do saber? Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados. (Lefebvre, 1991a)⁹

Quanto aos níveis de realidade, afirma: “A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem (...), a cidade é um pedaço do conjunto social” (idem, p. 60).

Em cada nível de análise (ecológico, social, político, ideológico, institucional, cultural) definem-se isotópias, e entre os níveis, as heterotopias. O hábito envolve também uma semiologia das significações. O objetivo de Lefebvre, sem dúvida, é trazer o objeto urbano para os programas e planos políticos, submetendo à crítica os ideais do urbanismo (idem, p. 61).

Castells vê a obra de Lefebvre como “versão de esquerda” das “teses ideológicas sobre a sociedade urbana (...) o pensamento urbanístico daquele que foi um dos maiores teóricos do marxismo contemporâneo” (Castells, 1983, p. 114).¹⁰ Para Castells, Lefebvre partiu uma análise marxista do fenômeno urbano para cair em uma teorização urbanística da problemática marxista; a exposição urbanística se constrói sobre a

9 Apresentação, em Henri Lefebvre, *O direito à cidade*.

10 Manuel Castell (1983) cita e analisa as seguintes obras de Lefebvre: *Du rural à l'urbaine* (Paris, Anthropos, 1970); *La révolution urbaine* (Paris, Gallimard, 1970); “*La ville et l'urbain* (em *Espaces et Sociétés*, n. 2, 1970); *O direito à cidade* (1991).

hipótese de que a crise da realidade urbana é a mais importante, mais central do que outra qualquer.

A sociedade urbana, por sua vez, é produzida por um processo histórico concebido dialeticamente por Lefebvre: cidade agrária, industrial e urbana (cidade política, mercantil e industrial), mas no final do processo o urbano ultrapassa a cidade que o contém reconstruindo-a em um nível superior. A urbanização é causa e indutora. A “revolução urbana” seria “o conjunto das transformações que atravessa a sociedade contemporânea, para passar do período onde predominam as questões de crescimento e a industrialização ao período onde a problemática urbana prevalecerá decisivamente, onde a busca das soluções (...) à sociedade urbana passará ao primeiro plano” (idem, p. 115).

Essa sociedade urbana teria também um conteúdo cultural preciso – “modos de pensamento, de ação, de vida” –, seria um período de fruição (enquanto o rural significaria necessidade e a indústria, o trabalho). O urbano, como nova era da humanidade, exprimiria um novo homem, “por quem e para quem a cidade e sua própria vida na cidade tornam-se obra, apropriação, valor de uso” (Lefebvre, 1991a, p. 144).

O termo ‘urbano’, em Lefebvre parece adquirir um conteúdo trans-histórico, quase uma teoria da revolução, uma utopia libertária. E a essência do urbano estaria na aglomeração, e que as “relações sociais se revelam na negação da distância” (Lefebvre apud Castells, 1983),¹¹ aproximando-se da escola de Chicago, em especial Louis Wirth. Castells aponta que Lefebvre substitui as forças produtivas e modos de produção por uma dialética das formas, ao tentar escapar do “dogmatismo marxista” (sic). A luta de classes, sempre considerada motor da história, seria a luta urbana, tal como a ocorrida na Comuna de Paris.

Assim, o pensamento urbanístico poderia ganhar um papel estratégico, verdadeiro precursor capaz de orientar a revolução das novas condições sociais. Lefebvre atribui a ele grande papel político, criticando o urbanismo oficial, institucionalizando, como intervenção repressiva-reguladora do Estado.

Lefebvre dá valor a cotidianidade – vida social regulada pelas ideologias – como luta contra o Estado, oposição do espontâneo (reprodução da força de trabalho) contra a repressão das instituições. Dessa maneira, a forma urbana seria um suporte material para dar base à utopia social.

11 Henri Lefebvre, *La révolution urbaine*.

Vamos deixar que Lefebvre fale por si próprio das concepções sobre a cidade, nas relações entre o burgo e a cidade técnica, o cotidiano e a modernidade em sua linguagem poética romântica, nos idos de abril de 1960.

A alguns quilômetros das torres e dos blocos da Cidade Nova dormita minha velha aldeia (...) de N., cujo caráter medieval não se manifesta aos olhares (o burgo foi construído no século XIV (...) reconstruída dois séculos mais tarde com uma regularidade ainda mais geométrica e cercada de muralhas à italiana (...) eu conheço cada pedra. Sobre essas pedras, eu leio os séculos um pouco como os forasteiros nos círculos dos troncos cortados lêem as idades das árvores. Mas a analogia que se impõe, como a muitos outros lugares, aldeias ou cidades, é a imagem do molusco. Um ser vivo segregou lentamente uma estrutura; considerarei à parte esse ser vivo, separai-o da forma que ele possui segundo as leis de sua espécie, ele está ali, mole, pegajoso, disforme; não compreendeis mais a sua relação com esta estrutura fina, com estas estrias, estas simetrias, estas ranhuras, nas quais cada detalhe contém outras finezas, primeiramente ocultas. É a relação que é preciso esforçar-se em compreender, resumida numa imensa vida da espécie e num longo esforço dessa vida para se manter e reter o que lhe convém. Curto de história de civilização, o burgo indica as formas e a ação de uma comunidade milenar, ela mesma inscrita numa sociedade e numa cultura cada vez mais largas e mais distintas. Esta comunidade trabalhou, organizou e reorganizou, modificou e remodificou, segundo suas necessidades, sua concha. Muito mais: cada casa contém um pouco desse animal pegajoso que se movimenta lentamente, que muda o calcáreo ambiente em forma delicada: uma família. Cada casa tem seu aspecto (...) cada cidade é uma obra e também cada casa (...) A rua, no burgo, não é nem um deserto nem o único lugar de encontro da felicidade e da infelicidade, o único lugar humano... nela se passeia, se conversa, se vive. Nada do que se passa na rua escapa ao olhar das casas e as pessoas olham sem se privarem desse prazer. Mas os passantes também estendem o olhar até o fundo dos corredores e dos pátios (...) a rua integra-se. Escutam os artesãos cantar, e bater os martelos, e ranger a plaina e chorar as crianças e as mães ralhar (...) tudo isso não é mais quase verdade. O burgo artesanal e comercial, bem inscrito no seu contexto de campo e camponeses, vegeta e esvazia-se como tantas aldeias e pequenas cidades moribundas. O molusco, agonizante, boceja na luz. Os artesãos? Contam-se nos dedos. O mercado, que se realiza no mesmo dia da semana desde o século XIV, perdeu sua importância. Na rua desfilam carros e caminhões, ela é cada vez mais barulhenta e deserta (...) A gente se entedia há muito tempo, mas o tédio tinha antigamente a mole

doçura dos domingos em família uma tepidez feliz. Havia sempre alguma coisa para contar ou para fazer. Vivia-se numa marcha lenta, a gente vivia.

[...] Chegou à (...) Cidade Nova e horrorizo-me. Mas [esta] não se apresenta mal. O plano conjunto não carece de porte: blocos e torres alternam as linhas horizontais e as verticais (...) o corte entre a paisagem – e a cidade (...) não brutaliza demais os olhos. Os prédios parecem bem concebidos e bem construídos... técnicos e tecnocratas não carecem de boa vontade (...) o capitalismo de Estado não faz mal às coisas (...) não se vê muito bem em que e como o socialismo de Estado faria melhor.

No entanto, toda vez eu me horrorizo diante dessas ‘máquinas de habitar’ (...) os prédios são ‘objetos técnicos’ e máquinas (...) serão eles mediadores entre a natureza e o homem? Ligam eles entre si os indivíduos, as famílias, os grupos, ou os separam? (...) a espontaneidade consegue aqui se restituir, e uma comunidade se criar? Aqui (...) onde entramos? No socialismo ou no supercapitalismo? Na cidade radiosa ou no mundo do tédio sem recurso?

[...] Aqui, os objetos têm o título de sua existência social: sua função. Cada objeto serve e o diz (...) Tudo é apenas sinais verdes ou vermelhos: isto exigido, isto proibido. O objeto reduzido a uma simples significação confunde-se com uma coisa nua, despojada, desprovida de sentido. Nos sinais como nos signos (linguagem) o elemento último ao qual se ligam e do qual se desligam as significações é um simples fato, uma coisa: a lâmpada do fogo, o fenômeno na linguagem. Aqui nada acontece de maneira sensível (...) Tudo é claro e inteligível. Tudo é banal (...) O texto que oferece a cidade aos nossos olhos é perfeitamente legível, tão pobre quanto claro(...)

[...] eu não leio os séculos, nem o tempo, nem o passado, nem o possível. Como num romance ‘objetal’ eu percorro a modernidade (...) o abstrato que entre (...) não vivido. (...)

[...] Paradoxos. Metem-nos diante adiante de um ‘mundo’ dividido em pedaços, decomposto em mil pequenos ‘mundos’ (...) sobre esse campo imenso de fragmentos humanos, o Estado se levanta e vela (...) A tendência à totalidade e à ‘integração’ (...) dissimula as separações. O esmigalhamento da cotidianidade, muito mais vasto que o do trabalho (...) dissimula a unificação pelo alto e a supressão das diferenças originais. Ora, a verdade encontra-se no movimento do conjunto. É ela que propõe aos olhares este texto obscuro e legível: a Cidade Nova (...)

[...] sendo intelectual, de esquerda e filósofo, não temo o ridículo (...) eis os temas dessa meditação: como não lembrar do que escrevia ainda jovem – a grande indústria tira do trabalho até a aparência do natural (...) promulgando somente a unidade do dinheiro. Ela substituí as cidades naturais pelas cidades industriais modernas, surgidas numa noite (A ideologia alemã) – sonha pois com as cidades medievais, formigantes de atividades e de vida natural. Nada era esperado e tudo se abria sobre tudo: o trabalho e o lugar de passagem, a casa e a rua, o campo e a cidade, as trocas e a produção, a vida privada e a vida pública. Lá (...) a vida do povo e do Estado identificam-se; a sociedade civil e a sociedade política coincidem (...) Pensa sobretudo nas cidades gregas (...) policêntricas ... a ágora, o templo, o estádio regulavam organicamente não somente a circulação dos habitantes, mas seus interesses e suas paixões. A estrutura da cidade coincidia quase inteiramente com sua vida. Paixões e ritmos ciclos de tempo e do espaço concordavam. Lá, o sentimento da dignidade pessoal e da liberdade entrou na vida social.

[...] Aqui, e nas cidades análogas, até agora, é o fracasso. Os habitantes (...) para compreendê-los, pode-se a respeito discorrer sobre adaptação, sobre inadaptção? Adaptar-se, sobre inadaptção? Adaptar-se para eles, é entrar num quadro forçado existente antes deles, construído sem eles. É parar de existir (...) em cada prédio e bloco, as pessoas são as mesmas e assemelham-se; então fazem não importa o que para não se assemelharem. As menores satisfações de vaidade, o menor ganho de prestígio, tomam uma enorme importância. A vaidade envenena a vida.

[...] antigamente a cotidianidade existia. Ela vivia. O animal pegajoso segregava sua concha mais bela do que ele (...) depois os tempos mudaram. As técnicas penetraram na cotidianidade; houve novos problemas (...) agora, o que tem? a vida cotidiana esmagadora, reduzida à sua essência, às suas funções banais e ao mesmo tempo quase dissolvida pelo esmigalhamento dos gestos e a repetição dos atos. Ei-la diante de ti, inteiramente ou quase, alienada e reificada, talvez consentida, mas talvez também tentando voltar a si (...)

[...] o que fazer dessa areia humana, areia de indivíduos e de gestos, aglomerados em blocos emplacáveis e abstratos, plantados ali, na orla das landas que não mudaram, não longe das aldeias ancestrais, como uma lâmina de faca nova na velha terra? A vida cotidiana trata-se agora de fazê-la, de produzi-la, de criá-la conscientemente (...) é preciso (...) o tédio permanece carregado do perfume das coisas mortas, que foram boas e às vezes belas (na aldeia) (...) é um tédio modesto e às vezes satisfeito, o das vigílias do inverno e dos domingos de verão (...) na Cidade Nova, o tédio

é grande de desejos, de frenesis insatisfeitos, de possibilidades desfeitas. Uma vida magnífica está ali, tão próxima e tão distante. Ela está ali como um doce quando se tem manteiga, leite, farinha e açúcar (...)

O homem sempre criou. Cada artista, cada época criou obras (...) a aldeia não foi, ela também, no seu tempo, uma nova cidade nova? (...) a vida nova desafia o homem a criar a vida humana! (...)

Toma (a cidade nova) como experiência, como laboratório, como pequena prova (...) mas não no sentido em que qualquer experimentador inábil maneja ingredientes inertes. Considera-a como o lugar de experiência privilegiada onde os homens devem enfim conquistar e criar sua vida cotidiana, por fracassos e erros corrigidos, por aproximações sucessivas, por abstração ultrapassada para o concreto, via do conhecimento para a previsível e imprevisível totalidade.

Referências bibliográficas

BOURIN, J. (s/d). *O quarto das senhoras*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difusão Europeia do Livro.

CASTELLS, M. (1975). *Problema de investigação em sociologia urbana*. Lisboa/São Paulo, Editorial Presença e Livraria Martins Fontes.

_____ (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEFEBVRE, H. (1968). *Sociologia de Marx*. São Paulo, Forense.

_____ (1969). *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1969). *O pensamento de Lenine*. Lisboa, Moraes.

_____ (1972). *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim, Ulissea.

_____ (1990). *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____ (1991a). *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes. (Ed. Documenta, 1969).

_____ (1991b). *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo, Ática.

MARX, K. e ENGELS, F. (1976). *La ideologia alemana*. Buenos Aires, Pueblos Unidos.

MARX, K. (1974). *El capital*. México, FCE.

VERAS, M. (1991). *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP.

YOURCENAR, M. (1980). *Memórias de Adriano*. São Paulo, Nova Fronteira.